



LEI N° 371, DE 14 DE AGOSTO DE 2000.

“REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CMAE, DE PEIXOTO DE AZEVEDO, NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.979-19, DE 2 DE JUNHO DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **FRANCISCO DE ASSIS TENÓRIO**, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI :

Artigo 1º - Fica regulamentado por esta Lei, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento na aquisição e distribuição de merenda escolar no Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos da Medida Provisória 1.979-19, de 2 de junho de 2000.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE de Peixoto de Azevedo é constituído por sete membros e com a seguinte composição:

- I** - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;
- II** - um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;
- III** - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;
- IV** - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
- V** - um representante de outro segmento da sociedade local.

Parágrafo 1º - Cada membro do CMAE terá um suplente da mesma categoria representada, que somente exercerá o mandato no caso de ausência ou impedimento do titular.

Parágrafo 2º - Os membros e o Presidente do CMAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Parágrafo 3º - O membro do CMAE perderá seu mandato na falta a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, será instalado por membros indicados na forma do artigo 2º desta Lei e empossados em ato do Chefe do Poder Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Artigo 4º - A Presidência do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CMAE, será exercida por membro escolhido por votação da maioria dos Conselheiros nomeados.

Artigo 5º - Cabe ao Presidente do Conselho:

- I - convocar e coordenar reuniões do Conselho;
- II - representar o Conselho em todas as reuniões que for convocada, ou delegar poderes para tal;
- III - representar o Conselho em assuntos judiciais e extrajudiciais;
- IV - coordenar a elaboração do Regimento interno do Conselho.

Artigo 6º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, quando necessário.

Artigo 7º - Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE ;
- II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- III - receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhada pelo Município, na forma desta Lei e da Medida Provisória 1.979-19, de 2 de junho de 2000.

Artigo 8º - O exercício do mandato de Conselheiro do CMAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo Municipal investido de poderes para através de ato próprio regulamentar a presente Lei, especialmente quanto ao funcionamento, a forma e o quorum para as deliberações do CMAE, bem como as suas demais competências.

Artigo 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 11 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a que colidir com esta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos catorze dias do mês de agosto de dois mil (14.08.2000).

PUBLICADO
EM 14 / 08 / 2000

Francisco de Assis Penório
Prefeito Municipal